

Estádios mineiros em risco

HUMBERTO SIQUEIRA

O Ministério Público apertou o cumprimento das normas para liberar estádios para receberem competições profissionais. Em reunião quarta-feira com a Federação Mineira de Futebol (FMF), estipulou prazo até o fim do ano para receber os laudos de vistoria do Corpo de Bombeiros do Estado de Minas Gerais (Nova Lima), da Prefeitura de Belo Horizonte (Belo Horizonte) e do Ubeirama (Uberaba). A situação dos estádios primeiros foi regularizada.

A atenção para as condições dos estádios cresceu com nova exigência do Ministério dos Esportes e da Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Já pensando na Copa do Mundo 2014, passaram a exigir um quarto laudo dos estádios brasileiros para receber jogos de competições profissionais. Além daqueles feitos pela Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Vigilância Sanitária, os responsáveis pelos palcos do futebol nacional devem apresentar um laudo de engenharia. A exigência ganhou força de lei com a Portaria nº 17 de julho de 2009, do Ministério dos Esportes. Ela estabeleceu os requisitos mínimos para a elaboração dos laudos técnicos de engenharia, previstos no Decreto Federal nº 6.795, de 16 de maio de 2009, que regulamentou o artigo 23 do Estatuto do Torcedor. As partes envolvidas, no entanto, não se entendem.

Coube ao Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia (Ibape) criar a metodologia de inspeção e capacitar, por meio de cursos regionais, os profissionais



Os engenheiros Eício Avelar Maia e Aurélio José Lara lamentam que nem mesmo o Mineirão tenha solicitado o novo laudo técnico de engenharia

na área para os 634 estádios brasileiros. Todos os donos/administradores das arenas devem não só apresentar o laudo de engenharia como corrigir os eventuais problemas identificados antes do início dos campeonatos. Intervenções menores podem ser feitas com interdição em parte do estádio", explica Eício Avelar, presidente do Ibape.

Os engenheiros e arquitetos finalizaram o curso em 18 de de-

zembro para fazer a inspeção. "Nenhum dos 36 estádios mineiros relacionados para serem fiscalizados passaram pela vistoria nos novos moldes. Nem sequer pediram orçamento. Nem mesmo o Mineirão", lamenta Aurélio José Lara, presidente do Ibape-MG. A assessoria de imprensa da Federação Mineira de Futebol, por sua vez, garante que a entidade está exigindo a elaboração dos laudos pelos profissionais que passaram

zendingha, e diz ter enviado na terça-feira os laudos para o Ministério Público homologar.

Segundo José Antônio Baêta de Melo Cançado, representante do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais do Ministério Público dos Estados, do Distrito Federal e da União (CNPNG), por todo o Brasil houve pedidos de alguns clubes, federações e administradores de estádios para adiar a exigência. A solicitação foi atendida e o Mi-

a prorrogação, o laudo não será mais exigido para os estaduais e Copa do Brasil, pois deve ser apresentado antes do início das competições, mas será obrigatório para todos os estádios a ser utilizados nas quatro divisões do Campeonato Brasileiro", garante.

O trabalho do MP está sendo feito ainda com base nos laudos da PM, bombeiros e Vigilância Sanitária. "Foi reduzida a capacidade de vários estádios. O Radialista

receber no máximo 15 mil pessoas. A capacidade era de 35 mil. O João Havelange, de Uberlândia, 30 mil. O Mineirão, 64,8 mil. O Ipatingão, que recebeu jogo do Cruzeiro ano passado para 22 mil pessoas, só comportará 11.120. Todas essas reduções foram por questões de segurança", garante. Segundo a assessoria de imprensa da CBF, desde 2009 ela cobra dos clubes a elaboração dos laudos, mas, com a mudança do prazo, ainda não pode exigir como obrigatoriedade.

AVANÇO Os técnicos do Ministério do Esporte explicam que, com exceção do laudo de engenharia e estabilidade estrutural, todos os outros serão exigidos a partir do vencimento do existente, que é de um ano. Se um estádio não entregar o laudo de estabilidade estrutural e o de engenharia até 22 de fevereiro, será interditado até que a documentação seja aprovada. A fiscalização dos laudos técnicos será feita pelo Ministério Público e pelas federações.

Os engenheiros Eício e Aurélio têm a mesma avaliação sobre o caso. "A exigência do laudo de engenharia representa um avanço para a segurança do torcedor brasileiro. Ao conferir instalação elétrica, estrutura, trincas, infiltração, ergonomia, acesso, rotas de saída de emergência, estamos garantindo que tragédias como a ocorrida na Fonte Nova, em Salvador, não voltem a ocorrer. Foi com esse intuito que o Ministério Público de São Paulo interditou nove estádios antes do início do Paulista. Não há nor que prorrogar mais

MARCOS MICHELI/EM/D'A PRESS